



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO I

LEI Nº 14.133/2021

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições e os procedimentos que regerão a contratação de empresa especializada para **LOCAÇÃO DE GRUPO GERADOR, bem como sua instalação, operação, manutenção e desinstalação durante o período que serão realizadas as Eleições 2024**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

GRUPO 01			
Locação de Grupo Gerador com potência mínima de 300 KVA			
ITEM 1 - Locação de Grupo Gerador com potência mínima de 300 KVA, em modo de espera (stand by), conforme Capítulo I, para o PRIMEIRO TURNO e SEGUNDO TURNO (se houver).			
Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Unidade	4	R\$ 7.070,91	R\$ 28.283,64
ITEM 2 - Horas de operação de Grupo Gerador com potência mínima de 300 KVA, constante no ITEM 1.			
Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
Horas	48	R\$ 693,12	R\$ 33.269,76

VALOR TOTAL DO GRUPO 01

R\$ 61.553,40

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Portaria DG/TRE/MS nº 131/2023.

1.3. Em caso de divergência entre a descrição do serviço indicada no SIASG/COMPASNET e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

1.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa do Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O prazo de vigência da contratação será de 3 (três) meses, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021, podendo-se encerrar antes com a execução total do objeto, conforme datas da execução dos serviços constantes neste Termo de Referência e no Edital.

1.5.1. O prazo de vigência será contado do recebimento da nota de empenho.

1.6. As empresas ficam desde já cientes que a não ocorrência do segundo turno dos Pleitos Eleitorais ensejará a rescisão unilateral e amigável do contrato para a prestação dos serviços relativos ao referido Pleito.

1.7. A simples apresentação das propostas significará a anuência das licitantes com os termos dispostos na cláusula anterior.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 Visa garantir a continuidade do fornecimento de energia elétrica nos prédios Sede e Fórum Eleitoral do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, onde se realizará a audiência pública para Auditoria de funcionamento das urnas eletrônicas em condições normais de uso, bem como na Secretaria do TRE/MS, onde se concentra o núcleo administrativo da Justiça Eleitoral. Assim, tal locação viabilizará a continuidade dos trabalhos do pleito eleitoral de 2024 (1º e 2º Turno, se houver) no caso de interrupção no fornecimento energia pela concessionária. O serviço especializado de locação de grupo gerador consiste em atividade comum e não finalística do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul – TRE/MS.

2.2.O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2024 - processo nº 0000659-23.2023.6.12.8000 (1524068), publicado na página deste TRE/MS na internet.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. O objeto da contratação é a locação, operação, manutenção e desinstalação de dois Grupos Geradores de, no mínimo 300 KVA, para o prédio sede da Secretaria do TRE/MS e o Fórum Eleitoral, onde será realizada a Auditoria de funcionamento das Urnas Eletrônicas, durante o Primeiro Turno das Eleições 2024 (06/10/2024) e Segundo Turno (27/10/2024, se houver) para uso em caso de falta de fornecimento de energia elétrica na rede pública, conforme endereços abaixo:

- Secretaria do TRE/MS: Avenida Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande, MS;
- Fórum Eleitoral de Campo Grande: Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, Campo Grande, MS.

3.2. Estão inclusos na contratação:

3.2.1. mobilização e desmobilização dos equipamentos (transporte vertical e horizontal).

3.2.2. cabos de ligação compatíveis com a respectiva potência e de comprimento mínimo de 20 metros.

3.2.3 permanência de técnico no local (podendo ser 1 técnico para os dois grupos geradores, tendo em vista a proximidade dos prédios) das 06:00 às 22:00 no dia da eleição (primeiro e segundo turno, se houver).

3.2.4. combustível suficiente para funcionamento dos motores, caso necessário.

3.2.4.1. Será pago à contratada o valor referente à disponibilidade dos equipamentos nos prédios (stand by). Apenas na necessidade de funcionamento dos motores devido à falta de energia na rede pública, será pago à contratada o valor referente à hora de operação dos geradores, proporcionalmente ao tempo em que o(s) grupo(s) gerador(es) permanecerem em funcionamento.

3.3. A entrega dos equipamentos deverá acontecer, para o 1º TURNO DAS ELEIÇÕES até 05/10/2024 às 21h, e a retirada após às 08h do dia 07/10/2024.

3.4. A entrega dos equipamentos deverá acontecer, para o 2º TURNO DAS ELEIÇÕES até 26/10/2024 às 21h e a retirada após às 08h do dia 28/10/2024.

3.5. A quantidade de horas prevista no item 2, de 48 (quarenta e oito) horas, refere-se à locação de dois grupos geradores para os dois turnos da eleição, considerando o uso de 12h por turno, por gerador, caso necessário.

3.6. O valor total da contratação deverá contemplar a locação dos dois grupos geradores, para os dois turnos da eleição, com 48 horas de operação, caso necessário.

3.7. O serviço deve ser executado em conformidade com as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT; as disposições legais pertinentes dos órgãos governamentais de segurança, os manuais e orientações técnicas específicas dos equipamentos e instalações, as prescrições e recomendações dos fabricantes dos equipamentos quanto aos procedimentos de manutenção e operação e os regulamentos das empresas concessionárias de energia.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1.A escolha do equipamento e dimensionamento correto da potência dos geradores evita o sub ou superdimensionamento, garantindo que os equipamentos operem na faixa de eficiência ideal, mantendo gastos de combustível e energéticos que pudessem impactar de menor forma o meio ambiente. O tempo reduzido de locação, apenas para os dias mais críticos do pleito de 2024 visa minimizar o impacto ambiental decorrente de sua utilização, caso necessário.

Indicação marca/modelo

4.2. Para esta contratação não há necessidade de indicar marca/modelo do produto ofertado, considerando a natureza da contratação.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#), pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Subcontratação

4.4. Não será admitida a subcontratação.

Vistoria Técnica

4.5. Recomenda-se que as empresas interessadas façam vistoria nos locais onde serão instalados os grupo geradores, para melhor conhecimento das condições de execução do objeto, do grau de dificuldades existente, das características e peculiaridades dos serviços e, conseqüentemente, subsidiar a elaboração das propostas.

4.6. A vistoria poderá ser realizada por empregado, sócio ou preposto da empresa, até o segundo dia útil anterior ao da apresentação das propostas, em companhia de servidor da Coordenadoria de Engenharia do TRE/MS, **através de agendamento pelo telefone (67) 2107-7221 ou coeng@tre-ms.jus.br**.

4.7. Não será permitida vistoria de duas ou mais empresas concomitantemente.

4.8. A licitante contratada ficará responsável pela execução integral do objeto do contrato, não podendo alegar desconhecimento de peculiaridades existentes pela não realização da vistoria ou por omissões no momento da sua realização.

5. EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O objeto da contratação é a locação, operação, manutenção e desinstalação de dois Grupos Geradores de, no mínimo 300 KVA, para o prédio sede da Secretaria do TRE/MS e o Fórum Eleitoral, onde será realizada a Auditoria de funcionamento das Urnas Eletrônicas, durante o Primeiro Turno das Eleições 2024 (06/10/2024) e Segundo Turno (27/10/2024, se houver) para uso em caso de falta de fornecimento de energia elétrica na rede pública.

5.2 Local de Prestação dos serviços, tanto no primeiro turno quanto no segundo turno (se houver):

a) Secretaria do TRE/MS: Avenida Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Parque dos Poderes, Campo Grande, MS;

b) Fórum Eleitoral de Campo Grande: Rua Delegado José Alfredo Hardman, 180, Parque dos Poderes, Campo Grande, MS.

5.3. A disposição e especificações de equipamentos devem seguir as diretrizes informadas no Capítulo 3 deste Termo de Referência (DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO).

6. GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.3.1. A fiscalização, acompanhamento e a orientação relativa à prestação dos serviços/fornecimento ficarão a cargo de servidor pertencente ao quadro deste Tribunal, COENG - Coordenadoria de Engenharia.

6.3.2. O contato entre este Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, quando for o caso.

6.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), cabendo:

a) acompanhar a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições nele estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

b) Anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

c) Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, a fiscalização emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

d) Informar à administração, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a competência da fiscalização, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

e) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ou autoridade competente. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

f) Comunicar ao gestor do contrato ou autoridade competente, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

g) Verificar a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhar o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

h) Atuar tempestivamente na solução de problemas em caso de descumprimento das obrigações contratuais, reportando à administração para as providências cabíveis, quando ultrapassar a competência do fiscal; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

i) manter registro de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

j) Formalizar de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.6. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.6.1. requisitar a prestação dos serviços e/ou fornecimento, mediante Ofício ou Requisição de fornecimento;

6.6.2. exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada.

6.6.3. conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;

6.6.4. à Fiscalização é assegurado o direito de ordenar a suspensão dos trabalhos e serviços sem prejuízos das penalidades a que a empresa ou pessoa física contratada ficar sujeita e sem que tenha direito a qualquer indenização, no caso de não serem atendidas as suas determinações quanto a regular execução dos serviços dentro do prazo de **30 (trinta) minutos**, contados a partir da comunicação do fiscal que acompanhará os serviços.

6.6.5. outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.1. O recebimento provisório e definitivo dos serviços ficará à cargo Fiscalização e da Comissão de Auditoria da Votação Eletrônica.

7.1.1.1. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7.1.1 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

7.1.1.2. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do serviço.

7.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo serem refeitos no prazo de 05 (cinco)

dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade da prestação dos serviços, devendo ainda ser verificado:

a) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do comprador (TRE/MS), descrição dos serviços, quantidade, preços unitário e total.

7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Da emissão da Nota Fiscal/Fatura

7.8. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

7.8.1. Para fins de atendimento a **IN/RBF 1.234, de 11/01/2012** (alterada pela IN/RBF nº 1.244/2012), a empresa deverá informar no documento fiscal os valores detalhados das contribuições federais a serem retidos na operação, exceto se a empresa for OPTANTE PELO SIMPLES.

7.8.2. O pagamento será realizado por turno das Eleições/2024.

7.9. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o Recebimento Definitivo e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS), trabalhista e manutenção das demais condições de habilitação exigidas no edital.

7.9.1 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante.

7.10. Constatando-se situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.10.1. A permanência da condição de irregularidade, sem a devida justificativa ou com justificativa não aceita pela Administração, pode culminar em extinção

contratual, sem prejuízo da apuração de responsabilidade e da aplicação de penalidades cabíveis, observado o contraditório e a ampla defesa.

7.10.2. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.11. É facultada a retenção dos créditos decorrente do contrato, até o limite dos prejuízos causado à Administração Pública e das multas aplicadas, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021.

Prazo de Pagamento

7.12. O pagamento será efetuado no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados do recebimento definitivo do objeto pela fiscalização, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente válida e em nome da empresa, indicados pelo contratado.

7.13. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.14.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, COFINS e PIS/PASEP, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;

b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.

7.15. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.16. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos Moratórios; N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado: $i = \text{taxa percentual anual do valor de 6\%}$, $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

8.2. A análise das propostas, será realizada pelos integrantes da equipe responsável pelo planejamento da contratação (integrante da área demandante e/ou integrante técnico) e visa à verificação da conformidade dos produtos ofertados pelas licitantes com as especificações indicadas neste Termo de Referência.

8.3. Após esta análise preliminar, estando a prestação do serviço, em tese, de acordo com as especificações deste Termo de Referência, o Pregoeiro fará o aceite da proposta.

Exigências de habilitação

8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

a) CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991;**

b) CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF), devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT), devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 68, IV, da Lei 14.133/2021;

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal, em campo próprio do sistema;

e) **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-OPERACIONAL: CERTIDÃO DE ACERVO TÉCNICO OPERACIONAL (emitido por entidade profissional competente) ou ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA**, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, registrado no Conselho profissional correspondente, que comprove que a empresa executou satisfatoriamente serviços de locação de grupo gerador de potência igual ou superior a 300kva;

f) **Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou Conselho profissional correspondente**, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 67, V, da Lei n. 14.133/2021.

g) **QUALIFICAÇÃO TÉCNICO-PROFISSIONAL**: comprovação de possuir no quadro da empresa profissional, devidamente registrado no CREA ou Conselho profissional correspondente, para acompanhar os serviços. O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRE/MS.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 61.553,40 (sessenta e um mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos no mapa comparativo de preços.

9.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre contratante e contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- a) Gestão/Unidade: 14112 – TRE-MS;
- b) Fonte de Recursos: 4269 - Pleitos Eleitorais;
- c) Programa de Trabalho: 02.061.0033.20GP.0054;
- d) Elemento de Despesa: 3390.39.12;
- e) Plano Interno: FUN LOCMAQ1 e FUN LOCMAQ2;

11. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As disposições acerca das infrações e sanções administrativas estão previstas no Termo de Contrato - Anexo II;

12. DIREITOS E DEVERES DO TRE/MS

12.1. Requisitar a prestação dos serviços, na forma prevista neste Termo de Referência

12.2. Exigir do contratado o fiel cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação.

12.3. Verificar a manutenção pelo contratado das condições de habilitação estabelecidas na licitação.

12.4. Aplicar penalidades ao contratado, por descumprimento contratual.

12.5. Efetuar o pagamento ao contratado, de acordo com as condições de preço e prazo estabelecidos neste Termo de Referência.

13. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

13.1. Realizar a prestação do serviço decorrente desta contratação na forma e condições determinadas no Edital, neste Termo de Referência (Anexo I).

13.2. Manter, durante todo o prazo de execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na fase de habilitação da licitação.

13.3. Atender as solicitações e determinações da Fiscalização, feitas por Ofício ou Ordens de Serviços, bem como fornecer todas as informações e elementos necessários à fiscalização.

13.4. Coordenar os serviços de sua equipe de técnicos, dando conhecimento e

fazendo cumprir o estabelecido neste Termo de Referência.

13.5. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Fiscalização ou pelo Tribunal seja quanto à execução dos serviços, seja quanto à parte burocrática.

13.6. Responsabilizar-se perante sua equipe técnica por todas as despesas inerentes aos contratos de trabalhos ou de prestação de serviços.

13.7. Responsabilizar-se-á por quaisquer danos e/ou prejuízos causados por seus funcionários aos equipamentos, instalações gerais e patrimônio do TRE/MS, inclusive danos materiais e pessoais causados a terceiros.

13.8. Executar as etapas dos serviços nos prazos estabelecidos, e ainda, concluir todo o objeto contratado dentro do prazo total fixado, salvo se adiantar os serviços.

13.9. Receber os valores que lhe forem devidos pela prestação dos serviços, na forma disposta neste Termo de Referência.

13.10. Compor sua equipe de técnicos altamente especializados para a execução dos serviços, de forma a garantir a execução dos serviços dentro da mais perfeita técnica e sempre obedecendo às recomendações das normas vigentes da ABNT, ANEEL e concessionária local.

13.11. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

13.12. Dar plena ciência do disposto na Portaria Direção-geral nº 176/2023 TRE/PRE/DG/GABDG, a qual dispõe sobre os procedimentos para apuração e aplicação de penalidades decorrentes do descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais decorrentes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul.

13.13. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.

13.13.1. O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).

13.14. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.

13.15. Responsabilizar-se pela higiene e segurança decorrente do uso de seus equipamentos e materiais.

Natália Camillo de Lelles

COFIC

Integrante Demandante

Diogo Campos dos Anjos

COENG

Integrante Técnico

Érika Murackami

SLC

Integrante Administrativo

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO



Documento assinado eletronicamente por **ÉRIKA MURACKAMI DUARTE DA ROSA, Técnico Judiciário**, em 06/08/2024, às 15:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1686662** e o código CRC **61231181**.



0003062-28.2024.6.12.8000

1686662v3